



Revista
Técnico-Científica



GRUPOS DE MULHERES EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO TERRITÓRIO RURAL PROF. CORY/ANDRADINA: ALGUNS DESAFIOS E CONQUISTAS

¹Flaviana Cavalcanti Silva, ²Antônio Lázaro Sant'ana, ³Ana Heloísa Maia

¹Engenheira Agrônoma, mestre e doutora em Agronomia, professora substituta na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Câmpus Universitário de Sinop; ²Engenheiro Agrônomo, Livre-docente em Sociologia, Professor Adjunto da Unesp – Câmpus de Ilha Solteira (SP); ³Engenheira Agrônoma, mestre e doutora em Agronomia, docente da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) – Câmpus de Nova Xavantina (MT)

RESUMO: Este trabalho compreende uma análise focada na atuação e repercussão de dez grupos de mulheres, organizados em assentamentos rurais localizados na região noroeste do estado de São Paulo, a partir do levantamento de questões pertinentes, principalmente, à mobilização e articulação das atrizes sociais em torno destas organizações. Com base em uma abordagem predominantemente qualitativa, tem-se um trabalho de caráter exploratório-descritivo, no qual foram empregados, como instrumentos de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas e questionários; sendo pesquisadas 28 mulheres, pertencentes a dez projetos de assentamentos rurais, distribuídos entre cinco municípios do Território Rural Prof. Cory/Andradina. Além de aspectos pautados na sociabilidade, foram reveladas conquistas materiais, explicitadas como produto da luta que envolve os coletivos; entretanto, a análise apontou aspectos que denotam a vulnerabilidade dos grupos estudados, ressaltando que estes (ainda) não se consolidaram, efetivamente, como espaços de mobilização e luta e que suas atuações se mantêm dependentes de intervenções externas. Observou-se a importância de intervenções que reconheçam a pertinência dos coletivos estudados dentro da perspectiva do *empoderamento* feminino, com esforços focados na agricultura sustentável e no fortalecimento das mulheres assentadas (também) como sujeitos políticos, considerando-se a ótica do desenvolvimento rural sustentável, que se mostra incompatível com a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: reforma agrária, igualdade de gênero, organização coletiva.

GROUPS OF WOMEN IN RURAL SETTINGS OF THE RURAL TERRITORY PROF. CORY / ANDRADINA: SOME CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: *This work was an analysis focused on the performance and repercussion of ten groups of women, organized in settlements, located in the*

northwest region of the state of São Paulo, mainly for the mobilization and articulation of social skills around these. associations. From a predominantly qualitative approach, we have an exploratory-descriptive work, in which semi-structured interviews and questionnaires were forced as instruments of data collection; being researched 28 women, belonging to ten projects of rural settlements, among the municipalities of the Rural Territory Prof. Cory / Andradina. In addition, the material achievements were explained as a product of the struggle involving the collectives; However, an analysis pointed out the aspects that denote a vulnerability of the studied groups, emphasizing that these (still) have not effectively consolidated as spaces of mobilization and struggle and that the actions remain dependent on external programming. To observe the importance of promoting the relevance of the groups studied within the perspective of women's empowerment, with an emphasis on sustainable agriculture and the strengthening of women (as well) as those subjects, considering the dynamics of sustainable rural development, which is shown incompatible with gender inequality.

Keywords: agrarian reform, gender equality, collective organization

INTRODUÇÃO

Apesar das agricultoras participarem das inúmeras atividades agrícolas e extrativistas, em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade social destes sujeitos, como trabalhadoras e cidadãs, ainda persiste no contexto da agricultura brasileira (PACHECO, 2002; SILIPRANDI, 2012). Desta forma, mesmo desenvolvendo diferentes atividades contempladas no âmbito da agricultura familiar (como o preparo do solo, plantio, colheita, criações, entre outras), as mulheres são reconhecidas, ainda assim com *status* inferior, apenas pelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe, como por exemplo, o preparo das refeições e os cuidados com os filhos (SILIPRANDI, 2009).

Enquanto o trabalho desempenhado pela mulher é tido como uma “ajuda” na esfera familiar, o homem é reconhecido como o verdadeiro “produtor rural”; os conhecimentos e experiências das agricultoras, especialmente no que tangem à produção de alimentos, são menosprezados e é outorgada ao homem a representação pública da família, esperando-se que as mulheres sigam restritas à esfera doméstica (SILIPRANDI, 2012).

O enfrentamento da assimetria que perdura nas relações de poder entre homens e mulheres no ambiente rural requer que as trabalhadoras do campo disponham de acesso a apoio organizativo e a recursos produtivos, tais como, terra, crédito e formação técnica; estas condições são importantes para que as mulheres

possam desenvolver as suas habilidades e reverter a situação de invisibilidade (PACHECO, 2002; SILIPRANDI, 2012).

Ferrante e Duval (2011) enfatizam que na constituição e trajetória dos assentamentos rurais, a história das mulheres é permeada por diversos atos de discriminação naturalizada. Discriminação esta apoiada nas visões patriarcais do projeto estatal, manifestada, também, pela demora na extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários às mulheres e pela exclusão destas, durante um tempo considerável, em programas de crédito/comercialização/investimentos. Entretanto, os autores reconhecem os importantes resultados das políticas públicas, voltadas para a superação das desigualdades impostas às mulheres assentadas e a outras trabalhadoras, implementadas nos últimos anos.

Discutir sobre questões que envolvem a desigualdade de gênero pressupõe (também) a menção à luta das trabalhadoras rurais para a superação dos efeitos desse cenário e para a desconstrução dos estigmas que contribuem para sustentar a falsa superioridade do papel desempenhado pelos homens no espaço rural, em comparação ao trabalho desenvolvido pelas mulheres. As consequências da assimetria que caracteriza as relações de gênero não têm relegado às trabalhadoras rurais a posição de vítimas resignadas e, sim, inspirado comportamentos de luta e resistência, voltados, também, para a conquista de direitos e a ampliação das respostas por parte das esferas governamentais frente às injustiças que envolvem a sua condição no campo. O que deve se materializar, também, em políticas públicas que expressem a importância dessas trabalhadoras, bem como, contribuam para o seu fortalecimento na qualidade de sujeitos políticos.

Nesse sentido, a auto-organização das trabalhadoras rurais conforma uma das estratégias de destaque, permitindo, dentre outras questões, a ampliação de sua participação política, o seu fortalecimento nos espaços de diálogo com o poder público e, como consequência, o aumento das perspectivas de contestação do 'status' de inferioridade que recaí sobre o gênero feminino, especialmente no âmbito rural.

Em tal contexto, sobressaem os grupos de mulheres organizados nos espaços de reforma agrária. Muitas vezes impulsionada por necessidades atreladas à geração de renda, sobretudo para o contexto familiar, a formação dos grupos de

mulheres nesses espaços não deixa de estar vinculada a uma ação de resistência (MENEGAT, 2008; SILVA e VALENTE, 2013; SERRANO, 2014).

Ferrante e Duval (2011) destacam que na divisão das mulheres por grupos, em assentamentos rurais, a busca pela preservação dos laços de amizade e de vivências anteriores pode ser considerada como uma forma de resistência, atrelada à negação do modelo associativista heterônimo que o Estado propõe ou impõe.

Dentro da perspectiva do *empoderamento* feminino, observa-se a necessidade do esforço sistemático por parte das organizações de mulheres e grupos afins, como meio para a mobilização política, bem como para a construção de processos de conscientização e educação popular, conferindo às mulheres condições para que estas possam desafiar a subordinação (MOSER, 1999). Siliprandi (2009) ressalta a pertinência do apoio financeiro e técnico, via políticas públicas, aos coletivos de mulheres e ressalta resultados práticos neste sentido, de modo a confirmar a relevância de tal apoio para o fortalecimento das mulheres do campo.

Respeitando-se os aspectos aqui contextualizados, este trabalho compreende uma análise focada na atuação e repercussão de dez grupos de mulheres, organizados em assentamentos rurais, localizados no Território Rural Prof. Cory/Andradina (região noroeste do Estado de São Paulo). Neste, busca-se caracterizar e discutir aspectos que configuram os grupos, levantando-se questões pertinentes à mobilização e articulação das atores sociais em torno de tais organizações, com vistas ao (re)conhecimento das conquistas e desafios relativos à trajetória dos grupos.

MATERIAL E MÉTODOS

Enfatiza-se que este trabalho consiste em um recorte de uma pesquisa mais ampla que compõe a tese da primeira autora; que visou, sobretudo, analisar a repercussão prática do projeto voltado para a implantação da Tecnologia Social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável), em assentamentos rurais do Território Rural Prof. Cory/Andradina. Tal projeto contou com recursos do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA/SDT), sendo executado pela Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado

de São Paulo) e destinado, inicialmente, a grupos de mulheres assentadas do Território.

Na análise aqui proposta, privilegia-se a abordagem qualitativa; a qual, conforme pontua André (2013, p. 97), baseia-se “numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados”. Em vista dos objetivos assumidos, tem-se um trabalho de caráter exploratório e descritivo, no qual foram empregados, como instrumentos de coleta de dados, questionários compostos predominantemente por questões abertas e entrevistas semiestruturadas.

Os questionários foram estruturados a partir de questões norteadas (sobretudo) pelos seguintes objetivos: a) caracterizar as agricultoras e os respectivos agroecossistemas; b) caracterizar os grupos de mulheres e c) compreender a organização e mobilização das agricultoras em torno dos coletivos. O roteiro empregado nas entrevistas semiestruturadas contemplaram questões voltadas, principalmente, para o resgate do histórico/trajetória dos coletivos e para a compreensão dos avanços e desafios que permeiam os grupos em questão, de acordo com a percepção do público pesquisado.

O público contemplado neste recorte abarca 28 mulheres, pertencentes a dez projetos de assentamentos rurais (Anhumas, São Joaquim, Rio Paraná, Terra Livre, Timboré, Belo Monte, Esmeralda, Orlando Molina, Aroeira e São José II), distribuídos entre cinco municípios (Andradina, Guaraçaí, Castilho, Pereira Barreto e Murutinga do Sul), todos localizados no Território Rural Prof. Cory/Andradina, região noroeste do estado de São Paulo.

A pesquisa realizada junto às agricultoras assentadas se deu por meio de visitas *in loco* aos lotes destas, realizadas durante o ano de 2013. A definição de tal público ocorreu com base em uma relação fornecida pela Fundação ITESP, a qual continha o nome e o endereço das trabalhadoras que, a princípio, integravam os grupos de mulheres, nos quais o projeto para a implantação da Tecnologia Social PAIS manteve-se focado. Esta análise, portanto, está pautada na atuação e repercussão dos dez grupos de mulheres que foram alvos do projeto mencionado, sendo realizada a partir da percepção de integrantes destes coletivos.

RESULTADOS

Breve caracterização das agricultoras e dos respectivos lotes

As produtoras possuem, em média, 49 anos de idade, dentre estas, onze trabalhadoras (40%) apresentam idade superior a 50 anos; a grande maioria tem entre 41 e 60 anos de idade (75%). No que se refere à escolaridade, grande parcela do público pesquisado não chegou a ultrapassar o ensino fundamental: a maioria das mulheres cursou no máximo a quarta série, 71% possuem ensino fundamental incompleto e apenas duas produtoras chegaram a concluir o ensino médio.

Em 90% dos casos, as trabalhadoras exploram lotes que abrangem entre 10 e 20 hectares; em sua maioria, estes estabelecimentos correspondem a áreas de 14 hectares, (aproximadamente). Em relação à titularidade, foi constatada a predominância de produtores (homens) na condição de titulares dos lotes.

No que dizem respeito às atividades produtivas, a pecuária leiteira sobressai como a principal em relação à área ocupada (abrangendo 70% das áreas dos lotes, na grande maioria das situações analisadas), com destaque, também, no que concerne à geração de renda (em 64% dos casos pesquisados, esta consiste na atividade de maior expressividade na composição da renda familiar). Dentre as demais explorações, a produção de hortaliças e a criação de aves, são as atividades de maior relevância em termos de renda.

Os grupos de mulheres: caracterização e análise

Os grupos de mulheres pesquisados estão relacionados no Quadro 1; este revela, ainda, os assentamentos e os municípios nos quais os dez coletivos estão localizados. Durante as entrevistas realizadas, buscou-se caracterizar o envolvimento das agricultoras em tais coletivos, no intuito, também, de observar como se dá esta forma de organização, a partir da mobilização e articulação das produtoras.

Quadro 1: Grupos de Mulheres pesquisados

Coletivos	Assentamento	Município
<i>Grupo de Mulheres Renascer</i>	Anhumas	Castilho
<i>Grupo de Mulheres Unidas para Mudanças</i>	São Joaquim	Castilho
<i>Grupo Luta e Resistência</i>	Rio Paraná	Castilho
<i>Grupo de Mulheres Livres e Felizes</i>	Terra Livre	Castilho
<i>Grupo de Mulheres da Sede</i>	Timboré	Andradina
<i>Grupo Mulheres Flor de Liz</i>	Belo Monte	Andradina
<i>Grupo de Mulheres Esmeralda</i>	Esmeralda	Pereira Barreto
<i>Grupo de Mulheres Anônimas</i>	Orlando Molina	Murutinga do Sul
<i>Grupo de Mulheres Nº Um</i>	Aroeira	Guaraçai
<i>Grupo Dois Poderes</i>	São José II	Guaraçai

Fonte: Fundação ITESP (2009).

Na grande maioria dos casos, a constituição dos grupos de mulheres remonta aos momentos iniciais da formação dos assentamentos; com destaque para uma situação, na qual o grupo havia sido criado já na época em que as famílias mantinham-se acampadas. De acordo com informações presentes no Plano de Trabalho disponibilizado pela Fundação ITESP (2009), o Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Assentadas, realizado em 1998, foi um marco para a composição dos coletivos de mulheres nos espaços de reforma agrária da região aqui estudada.

Segundo os depoimentos das trabalhadoras pesquisadas, os coletivos costumam (costumavam) reunir, em média, dez mulheres, quase sempre em consequência, também, do trabalho de agentes externos (técnicas ligadas a ações de Assistência Técnica e Extensão Rural- ATER). Os questionamentos sobre as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras nos respectivos coletivos revelam ações que convergem para algumas daquelas percebidas por Menegat (2008), em sua reflexão sobre a vida de trabalhadoras pertencentes a assentamentos localizados em Mato Grosso do Sul. Nos grupos analisados, entre outras ações, as mulheres propõem demandas, discussões e participam de cursos de capacitação ligados à fabricação de produtos diversos (artesanato, produtos lácteos e pães).

Foi constatada a baixa participação (efetiva) das produtoras nos coletivos de mulheres dos respectivos assentamentos, no momento da pesquisa de campo. Em 32% dos casos analisados, a inserção nos grupos só se deu depois do ano de 2009, quando foram iniciadas as articulações ligadas ao projeto que culminou na

implantação da Tecnologia PAIS, nos assentamentos estudados, por meio do trabalho executado pela Fundação ITESP. Esta intervenção estava focada nos grupos aqui pesquisados e uma de suas premissas relacionava-se com o estímulo ao trabalho coletivo, de modo que a participação nos coletivos de mulheres referiu-se a uma das condições para que as trabalhadoras pudessem participar do Projeto. Dentre as agricultoras que já se mantinham envolvidas com os grupos, em momento anterior à inserção no projeto em questão, apenas sete mulheres declararam que seguiam ativamente nos coletivos.

O distanciamento das agricultoras pesquisadas dos grupos de mulheres ficou evidente em vários momentos da pesquisa de campo e ficou refletido, também, nas dificuldades das trabalhadoras em caracterizar os coletivos, o que, inclusive, prejudicou o resgate do histórico dos grupos. Entre os dez nomes atribuídos aos coletivos constantes no projeto elaborado pela Fundação ITESP, apenas dois foram citados (lembrados) pelas mulheres: Grupo Renascer (Assentamento Anhumas), citado por duas agricultoras e Grupo Flor de Liz (Assentamento Belo Monte), que foi mencionado por uma das entrevistadas. As demais mulheres não se recordavam dos nomes dos grupos aos quais pertenciam/pertenceram ou atribuíram nomes que fazem referência às líderes dos coletivos, como “Grupo da *Fulana*”; ou que remetiam à atividade desenvolvida/projeto foco dos coletivos, como “Grupo da Cozinha” e “Grupo da Chocadeira”. De acordo com a assistente social da Fundação ITESP, profissional que anteriormente desenvolvia, diretamente, atividades junto aos grupos de mulheres pesquisados, os nomes que constam no projeto foram estabelecidos, na maioria dos casos, no início da formação dos coletivos e, com a descontinuidade das atividades e/ou desligamentos das envolvidas, muitas não se recordavam dos nomes dos respectivos grupos, os quais não chegaram a ser formalizados em nenhuma das situações.

Muito embora o projeto desenvolvido pela Fundação ITESP se voltasse (inicialmente) para a participação de trabalhadoras vinculadas a grupos de mulheres, em onze casos (39%), as entrevistadas declararam que, em nenhum momento, chegaram a participar desses coletivos. Quando questionadas a respeito do motivo pelo qual não participavam dos grupos de mulheres mencionados no projeto, parte das trabalhadoras demonstrou total desconhecimento acerca destes. Dentre as

entrevistadas, que em algum momento participaram dos grupos, mas que posteriormente se desligaram destes, em seis casos, as agricultoras demonstraram dúvidas sobre a continuidade das atividades por parte dos coletivos; seguem algumas falas que apontam isso: “Disseram que não existe grupo de mulheres no assentamento (PROD. 32)”; “Nem sei se tem grupo de mulheres aqui agora... (PROD. 10)”; “Hoje, acho que não tem mais o grupo, acho que está largado (PROD. 3)”.

Torna-se necessário considerar que existem questões inerentes à trajetória das trabalhadoras e especificidades ligadas ao processo de auto-organização dessas mulheres dentro dos respectivos assentamentos, que influenciam na coesão dos grupos e que afetam a capacidade de mobilização das produtoras, com impactos importantes na continuidade e efetividade das ações desempenhadas por estas organizações coletivas. Contudo, notou-se que a desarticulação das trabalhadoras, uma constante observada nos diferentes assentamentos abarcados na presente pesquisa, resulta, também, da carência de ações contínuas desenvolvidas por agentes externos (especialmente, profissionais de ATER), que se atenam às particularidades dos coletivos de mulheres, nos assentamentos rurais do Território.

Apesar disso, é relevante reconhecer que a formação dos grupos aqui estudados, de forma predominante, foi estimulada, também, por meio de esforços de agentes externos; em tal contexto, o trabalho desenvolvido pela assistente social da Fundação ITESP ganha especial destaque. Entretanto, assinala-se que, em consequência de mudanças na atuação desta entidade no Território, as atividades desenvolvidas junto aos grupos de mulheres tornaram-se ainda mais escassas. Em nenhum momento, as trabalhadoras chegaram a mencionar ações voltadas exclusivamente para os grupos de mulheres, que fossem realizadas/mantidas pela entidade, na época, contratada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA para a prestação de ações de ATER em assentamentos rurais do Território (a Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural – COATER). Os grupos de mulheres aqui pesquisados não contavam com intervenções sistemáticas de agentes externos e as entidades atuantes nos assentamentos não se mostraram claramente comprometidas com ações específicas ajustadas às necessidades dos coletivos de mulheres.

De forma geral, os grupos (ainda) não haviam se consolidado como espaços de articulação e mobilização das trabalhadoras assentadas, efetivamente. Em todas as situações, constatou-se a forte dependência de intervenções externas. A grande maioria dos grupos só retoma as suas atividades quando se torna foco de intervenções governamentais, principalmente, projetos ligados ao INCRA e à Fundação ITESP, que exijam a organização coletiva das trabalhadoras.

Os aspectos mencionados contribuem para compreender a descontinuidade na atuação dos grupos de mulheres, recorrente em todos os casos levantados. Uma das produtoras expressou essa descontinuidade em seu depoimento, este parece descrever a situação predominante dos coletivos de mulheres aqui abordados: “O(s) grupo(s) não se reúne(m) constantemente. É de vez e nunca” (PROD. 30). As pausas nas atividades contribuem fortemente para o distanciamento e desmotivação das produtoras em relação a essas organizações e refletem os efeitos das tímidas ações ligadas a questões de gênero desenvolvidas dentro dos assentamentos do Território.

Em referência ao esforço conjunto para o alcance de conquistas comuns às companheiras, oito mulheres declararam que as ações de reivindicação sobressaem na atuação dos grupos de mulheres dos quais fazem ou fizeram parte. Algumas das entrevistadas (5) não se restringiram a descrever as buscas focadas por seus grupos; de forma espontânea, mencionaram, também, algumas das conquistas alcançadas por estes:

O grupo foi criado no início do assentamento para lutar por benefícios. Hoje tem padaria, chocadeira... (PROD. 25).

Existia desde o começo do assentamento para fazer artesanato, tem cursos de bordado, culinária... Já fomos até à prefeitura, nos unimos para conseguir a sede (PROD. 02).

Cerca de 10 mulheres, no começo era tão bom... Passeamos muito juntas... O grupo durou mais ou menos cinco anos. Faz cerca de cinco anos que o grupo acabou. Falta de união. Era tão gostoso. A gente ganhava coisas, muitas conquistas... Conseguimos reformar o barracão, tanque de resfriamento. Todo mundo gostava... (PROD. 12).

Neste último depoimento, a agricultora pertencente ao Assentamento Rio Paraná (Castilho-SP) se recorda de forma saudosa do “Grupo Força e Resistência” do qual participava, relembra das conquistas oriundas da ação coletiva e lamenta pelo fim do Grupo; em sua fala, ficam evidentes aspectos importantes que fazem

referência ao campo da sociabilidade. Para um público que, muitas vezes, passa a maior parte dos seus dias sem ultrapassar as cercas de seus lotes, a possibilidade de partilhar momentos com as companheiras ganha considerável importância em suas vidas. O estabelecimento de novos laços de solidariedade ou fortalecimento de relações antigas, propiciado pelos encontros, pelas idas e vindas com as companheiras, referem-se a alguns dos resultados das experiências das agricultoras nos grupos de mulheres e corroboram a importância desses coletivos para além da busca de objetivos materiais.

Embora seja reconhecida a relevância das organizações de mulheres por parte da maioria das trabalhadoras entrevistadas, na percepção de algumas, a conquista de avanços viabilizada pelos grupos de mulheres, em seus contextos, ainda não é realidade ou se mostra insuficiente para justificar a sua participação, conforme sugerido em uma das falas, que se refere ao depoimento de uma entrevistada que se desligou de um dos grupos: “Eu nem lembro, eram muitas mulheres, mas nunca conseguia nada, só os *kits* da padaria e da chocadeira” (PROD. 22).

Os projetos vinculados à COATER/INCRA e à Fundação ITESP ainda não preveem claramente ações que incluam processos que objetivem a ampliação e qualificação da atuação das mulheres dentro dos coletivos e em outros espaços de luta, norteadas pela perspectiva de *empoderamento* das trabalhadoras; tal fato parece não acompanhar a importância da perspectiva de gênero assumida, nos últimos anos, na agenda das políticas públicas.

As propostas de intervenção colocadas em prática pela Fundação ITESP e/ou COATER/INCRA, direcionadas a agricultoras assentadas e focadas em organizações coletivas, nos assentamentos do Território, dizem respeito, principalmente, a ações de incentivo e qualificação para a produção e comercialização de artesanato; com destaque, também, para atividades de capacitação e/ou viabilização de infraestrutura para o processamento de alimentos, panificação e exploração de pequenas criações. Enfatiza-se que a grande maioria dos projetos vinculados a essas ações já foi finalizada.

Notam-se que as intervenções governamentais vinculadas aos grupos de mulheres, nos assentamentos estudados, estão ligadas, majoritariamente, a projetos focados em estratégias de geração de renda, especialmente, em atividades não

agrícolas. Embora não suficientes e, também, com aspectos qualitativos questionáveis, esses esforços apresentam mérito, sobretudo, para a redução da subordinação econômica das mulheres, para o estímulo à organização coletiva e para o fortalecimento e ampliação das estratégias vinculadas à pluriatividade dentro dos assentamentos; além disto, cabe frisar que em determinados casos, representaram importantes doses de *injeção de ânimo* para os coletivos.

Intervenções orientadas pela necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável ainda conformam algumas das principais demandas nos espaços de reforma agrária do Território. Ficou evidente que as ações que recaem sobre as organizações de mulheres, em sua grande maioria, não se atêm ao protagonismo das trabalhadoras assentadas na produção de alimentos e não reconhecem o seu potencial para a promoção da sustentabilidade. Isto se traduz na carência de ações que viabilizem esforços na direção da transição agroecológica, com o reconhecimento do papel de destaque das mulheres em tal processo.

DISCUSSÃO

Outros trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Território apresentam dados semelhantes aos observados aqui em relação à faixa etária e à escolaridade das agricultoras. E corroboram, também, as características verificadas concernentes aos lotes explorados e à preponderância da pecuária leiteira, em termos de área ocupada e de renda para as famílias assentadas da região (SANT'ANA e TARSITANO, 2009; SILVA, 2012; GONZAGA, 2016).

Observou-se a prevalência de casos, nos quais os homens respondem pela titularidade dos lotes. Cabe observar que quase todos os assentamentos aqui abordados foram criados em período anterior ao estabelecimento da Portaria Nº 981, de 02 de outubro de 2003, a qual prevê a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra, em caso de áreas constituídas por um casal, em situação de união estável ou casamento; de modo que o nome da mulher, assim como o nome do homem, deve constar obrigatoriamente no título do lote. Este instrumento jurídico foi uma conquista importante para as trabalhadoras rurais. Após a referida Portaria, ficou evidente o aumento no número de trabalhadoras assentadas que detêm a titulação dos respectivos lotes; de acordo com dados do Sistema de Informação do Programa

de Reforma Agrária (SIPRA), vinculado ao INCRA, até o início de 2003, somente em 13% dos casos, as mulheres possuíam o título do lote. Já entre os anos 2008 e 2010 este percentual ultrapassou os 48% do total de beneficiárias (INCRA, 2012). Este aumento não tem sido efetivamente observado no Território; apesar da possibilidade de mudanças em relação às terras já tituladas, as mulheres ainda não são maioria dentre os beneficiários formais dos lotes de projetos de reforma agrária na região.

Por meio da organização em grupo, a ação coletiva e o fato de transpor o espaço doméstico possibilitam que as mulheres tenham outras formas de aprendizado, de modo a se fortalecerem e a criarem espaços para a discussão de seus problemas e para lutarem por seus direitos, colocando-se como sujeitos políticos (SERRANO, 2014). A maioria das trabalhadoras pesquisadas ainda não chega a vislumbrar esta repercussão dos grupos de mulheres em suas vidas, isto em decorrência, também, das limitações e fragilidades concernentes à articulação e mobilização das agricultoras em torno de tais coletivos. Apesar disto, parte das produtoras, ao descrever os grupos, enfatizou, também, aspectos que se entrelaçam com as questões colocadas pela autora supracitada (SERRANO, 2014). Nesta direção, a luta por direitos, a busca por melhorias em suas condições de vida e de suas respectivas famílias ganham destaque em suas declarações.

Ao refletirem sobre a importância dos coletivos de mulheres, foi comum o reconhecimento das produtoras acerca de ganhos que não se limitam a retornos materiais, entretanto, nota-se que a motivação maior para participar destas formas de organização, muitas vezes, segue fortemente atrelada ao alcance de objetivos tangíveis. Menegat (2008) observa que são as dificuldades econômicas que cada trabalhadora vivencia em seu lote que as impulsionam para uma nova organização de grupo, com destaque para os coletivos de mulheres. A expectativa depositada pelas produtoras nestes grupos, ao menos inicialmente, se volta, principalmente, para a superação dessas dificuldades; em algumas situações, retornos de ordem econômica tornam-se um condicionante para a continuidade das trabalhadoras nos respectivos coletivos. Observou-se, dentre a maioria das agricultoras, a ideia de que a participação em grupos, que não alcançam conquistas (materiais), “que não conseguem ‘nada’, não dá em nada, não compensa”. O expressivo distanciamento

das trabalhadoras dos grupos de mulheres pesquisados ou mesmo a fragilidade destas organizações configura-se, em parte, como um reflexo desta noção.

A conquista de avanços por parte dos coletivos de mulheres, nos espaços de reforma agrária, em muitas situações, resulta, também, do reconhecimento de diferentes atores sociais e de instituições em relação à legitimidade destas organizações de grupo. Cabe destacar a relevância do papel dos profissionais que viabilizam o acesso às políticas públicas dentro dos assentamentos, até mesmo para contribuir para a articulação das assentadas, estimular a participação das trabalhadoras e dar os encaminhamentos cabíveis às suas reivindicações; o que no momento da presente pesquisa, não estava ocorrendo, efetivamente.

As organizações coletivas de mulheres presentes nos assentamentos rurais apresentam-se, também, como espaços potenciais para a reflexão acerca do papel e da posição das agricultoras nas diferentes instâncias de suas vidas, com estímulos à percepção e ao reconhecimento das desigualdades constantes nas relações de gênero. A partir do apoio de agentes externos, esses aspectos reforçam a possibilidade de, “através das organizações de mulheres de baixo pra cima, conscientizar as mulheres para que desafiem a subordinação” (MOSER, 1999, p.55).

Nesse âmbito, sublinha-se, como reforçam Deére e Leon (2002), o papel de agentes externos para facilitar condições que permitam o encorajamento das produtoras, no que diz respeito a mudanças voltadas para o seu *empoderamento*, considerando-se que este deve ser induzido (inicialmente) pela criação de uma consciência de gênero. Os resultados observados na pesquisa revelam indícios de que os grupos de mulheres estudados, bem como as entidades que desempenham trabalhos ligados à ATER nos assentamentos, mostram-se, ainda, pouco atuantes neste sentido.

É relevante considerar que a participação nos grupos pode constituir em importante estratégia para a fusão de esforços que se voltem para o reconhecimento e enfrentamento de situações de subordinação, às quais o gênero feminino, comumente, permanece relegado e para a reivindicação de ações que possam contribuir para a consolidação da autonomia das trabalhadoras rurais, tanto no âmbito doméstico, como nos espaços públicos. Fomentar processos educativos neste contexto deve ser tornar um compromisso por parte das entidades que

desenvolvem ações de ATER, nos espaços de reforma agrária pesquisados, em vista, também, do seu comprometimento com a promoção da equidade nas relações de gênero, prevista entre os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER (BRASIL, 2010).

Constatou-se, por parte das entidades atuantes nos assentamentos do Território, a necessidade de ações que possam estimular a articulação e mobilização das agricultoras, com o devido reconhecimento da importância dos coletivos de mulheres (que, atualmente, estão muito fragilizados), compreendendo-se a relevância destes espaços para a construção de soluções que possibilitem a superação de injustiças ligadas à questão de gênero, especialmente comuns, entre as trabalhadoras rurais (SCHAAF, 2003; SERRANO, 2015)

Os assentamentos do Território seguem marcados pela forte necessidade de esforços que visem à promoção do desenvolvimento rural alicerçado na Agroecologia, sem desprezar o fato de que o alcance da sustentabilidade é incompatível com a posição de subordinação da mulher. Como recorda Siliprandi (2009, p. 150): “Agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses, se também não se ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres agricultoras”. Estratégias para viabilizar esse enfrentamento passam pelo reconhecimento e valorização das formas de organização das trabalhadoras rurais.

CONCLUSÕES

Além de aspectos inerentes ao campo da sociabilidade, foram reveladas conquistas materiais ligadas à organização das trabalhadoras, explicitadas como produto da luta que envolve os coletivos; entretanto, a análise realizada apontou aspectos que denotam a vulnerabilidade dos grupos estudados, ressaltando que, de modo geral, estes (ainda) não se consolidaram, efetivamente, como espaços de mobilização e luta e que suas atuações se mantêm dependentes de intervenções de outros atores sociais. Na grande maioria das situações analisadas, a formação dos grupos e atuação destes estão associadas à execução de projetos concebidos por instituições ligadas à ATER e pautados, principalmente, na perspectiva de geração de renda para as mulheres dentro dos assentamentos.

São escassas, no Território, intervenções com objetivos definidos a partir da perspectiva do *empoderamento* feminino, que pretendam processos voltados para a ampliação e qualificação da participação das mulheres assentadas em espaços de poder e decisão. Ações neste sentido poderão favorecer a consolidação e fortalecimento dos grupos de mulheres nos espaços de reforma agrária da região, contribuindo para a superação de debilidades ligadas à capacidade de articulação e mobilização das atrizes sociais envolvidas; o que conforma um dos principais desafios dos coletivos analisados.

Destaca-se a importância de intervenções que reconheçam a pertinência dos grupos estudados dentro da perspectiva do *empoderamento* feminino, com esforços focados na agricultura sustentável e no fortalecimento das mulheres assentadas (também) como sujeitos políticos, considerando-se a ótica do desenvolvimento rural sustentável, que se mostra incompatível com a desigualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? Educação e Contemporaneidade – **Revista FAEEBA**, vol 22, n. 40, julh/dez 2013, p.95-104

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 13 jun. 2018.

DEERE, C. D; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: Direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FERRANTE, V. L. S.B.; DUVAL, H. C. Lugares atribuídos e espaços conquistados pelas assentadas rurais. **Revista Perspectivas**. São Paulo, v. 40, p. 15-39, jul./dez. 2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ITESP. Projeto Social de implantação da Tecnologia Social Pais _ **“Produção Agroecológica Integrada e Sustentável”** junto aos Grupos de Mulheres dos Projetos de Assentamentos pertencentes ao território do MDA da Regional de Andradina, 2009. 05p.

GONZAGA, D. A.; SANT'ANA A. L. Produção vegetal destinada ao Programa de Aquisição de Alimentos pelos agricultores familiares de Pereira Barreto – SP: tecnologias e estratégias. **Extensão Rural. Santa Maria**, v. 23, n. 3, p. 103-119, jul./set. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária. Brasília, DF, 2012.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/cresce-o-numero-de-mulheres-titulares-de-terra-da-reforma-agraria>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

MENEGAT, A. S. Mulheres assentadas e suas lutas. In: Almeida, Rosemeire Aparecida (Org.). **A questão Agrária em mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar.** Campo Grande: UFGD, 2008. p. 227 – 257

MOSER, C. Os diferentes enfoques em políticas para mulheres de baixa renda. In: PORTELA, A. P.; GOUVEIA, T. **Idéias e Dinâmicas para trabalhar com gênero.** Recife: SOS Corpo, 1999. p. 213-221

PACHECO, M. E. L. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In: **ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA**, 2002, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ENA/Núcleo Executivo, 2002. p. 01-04.

SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, M. A. A. Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, DF**, v. 47, n. 3, p. 615-36, set. 2009.

SCHAAF, A. V. D. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias. Porto Alegre**. v. 5, p. 412- 442. 2003.

SERRANO, J.S. **Mulheres da Borborema construindo a agroecologia e a igualdade de gênero.** 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias – Agroecologia) – Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, 2014. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/04/mulheres-da-borborema-JSS.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

SILIPRANDI, E. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural.** In: **PETERSEN, Paulo (Org.)**. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 139.152.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano, Madrid**, v. 9, p. 169-184, 2011.

SILIPRANDI, E. **A alimentação como um tema político das mulheres.** Ariús, Campina Grande, v. 18, n.1, jan./jun. 2012.

SILVA, C. M. V.; VALENTE, A. L. E. F. Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v. 51, n. 2, p. 387-399, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000200010>.

SILVA, F. C. **Agricultura familiar em duas microrregiões do noroeste do estado de São Paulo: uma análise comparativa entre as explorações agropecuárias e as políticas públicas dirigidas ao segmento**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) - Faculdade de Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Ilha Solteira, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98711/silva_fc_me_ilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 jun. 2018.